



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que seja aprovada por esta Comissão de Educação a realização de uma Audiência Pública com o tema "Controle social e as estratégias para validação na educação como tomada de poder".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, que seja aprovada por esta Comissão de Educação a realização de uma Audiência Pública com o tema "Controle social e as estratégias para validação na educação como tomada de poder".

Para tanto, proponho a indicação, como convidados, das seguintes autoridades e especialistas no assunto, para enriquecer o debate e fornecer uma ampla compreensão sobre as questões em pauta:

- Dra Adriana Marra (Belo Horizonte/MG), Graduada em Direito, Pós- graduada em Direito Público, Direito de Família e Sucessões, Neurociência e Educação. Mestranda em Psicologia Social. Autora e Coordenadora do livro “Contribuições da neurociência à implementação das políticas autocompositivas”. Conselheira do Movimento Mães Direitas, Delegada da CONFENAPAIIS, associada dos Guardiões da Infância e Juventude e Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil (OACB);
- PROFA. CÁSSIA MARIA DE QUEIROZ (Goiânia/GO), Historiadora, Mestre em Educação Patrimonial e Gestão de Patrimônio, Professora de História do Ensino Fundamental e





Médio, Especialista em Cinema e Educação. Diretora e Produtora de Cinema e Vídeo. Foi Observadora na Conferência Nacional Extraordinária de Educação (CONAEE) 2024;

- DR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO (João Pessoa/PB), Advogado, Jornalista, Teólogo, Professor. Especialista em Direito Constitucional e Financeiro; Ciência Política; Compliance Empresarial. Tecnólogo em Gestão Pública. MBA em Projetos Sociais. Membro da Coordenação Nacional da Marcha da Família e do Foro Conservador. Delegado, no Estado da Paraíba, da CONFENAPAI (Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos). Vice-presidente da Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil (OACB); e
- PROFA. DRA. INEZ AUGUSTO BORGES (Goiânia), Mestre em Educação Cristã, Doutora em Ciências da Religião, Pós-Doutora em Educação, Arte e História da Cultura. Pesquisadora autônoma nas áreas de História, Filosofia e Métodos Educacionais. Autora de diversos livros, incluindo, "Educação para Integridade: referencial teórico", "Educação e Personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã", "Confessionalidade e Construção Ética na Universidade". Tradutora dos livros: "Educação por Princípios: Fundamentos do Currículo Escolar" e "A República Hebraica: Lei Orgânica do Estado Hebreu", entre outros. Coordenadora do Curso de Especialização em Cosmovisão Cristã e Educação (Universidade Evangélica de Goiás). Presidente da ANDAPEF (Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Pais na Educação dos Filhos).

JUSTIFICAÇÃO

A educação é indubitavelmente um dos pilares fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da sociedade. Urge a necessidade de debater e propor melhorias no sistema educacional brasileiro. No entanto, é imperativo que esse debate seja aberto, inclusivo e que englobe todas as vertentes de





pensamento, concedendo a todos os pais, profissionais e atores envolvidos na educação a oportunidade de expressarem suas ideias.

Os eventos recentes da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024, realizados entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024, demonstraram uma preocupante falta de diversidade de ideias. As palestras realizadas deram prioridade a temas como ideologia de gênero, combate ao homeschooling e à educação conservadora, além de adotarem uma postura de criminalização do agronegócio.

A CONAE 2024 aprovou contribuições para o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. No entanto, o conteúdo deste plano deixa clara a intenção de combater o pensamento conservador e desconsidera a vontade e a educação transmitida pelos pais aos seus filhos, transformando as salas de aula em ambientes políticos e de doutrinação ideológica.

Com o título “Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”, o documento promove um discurso de ódio contra o conservadorismo, o homeschooling e o agronegócio.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma Audiência Pública que promova um debate amplo e inclusivo sobre o atual panorama da educação e discuta como a sociedade pode se envolver na construção de uma educação objetiva, que não desrespeite a instituição familiar e o dever dos pais, conforme definido pela Constituição, de educarem e buscarem o desenvolvimento de seus filhos.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do requerimento que ora se apresenta.

Sala de Sessões, em de de 2024.

Deputado CAPITÃO ALDEN

